



MODA, BELEZA E SEDUÇÃO FEMININAS COMO ARMA NA LUTA POLÍTICA

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3503

Tania Fatima Calvi Tait, FEITEP
Ivana Guilherme Simili, UEM

Resumo

A investigação para a narração da história das mulheres durante a ditadura militar no Brasil trouxe à luz, além das torturas sexuais sofridas pelas militantes, o uso de indumentárias (acessórios e vestimentas) nas práticas políticas. Dessa forma, o objetivo do artigo é apresentar como a moda, a beleza e a sedução femininas foram instrumentalizadas na luta política. Três aspectos são tratados na pesquisa: o uso da beleza e sedução para a obtenção de informações; o uso de recursos da moda para driblar a polícia política e o uso da moda como forma de protestar e divulgar as atrocidades cometidas pelo governo da ditadura militar. A realização da pesquisa se pautou nas entrevistas das militantes contra a ditadura militar. No contexto da luta contra a ditadura, as mulheres, além da perseguição política, tiveram que lidar com o machismo quando a militância instrumentalizava a beleza e sedução das militantes para obtenção de informações e ao mesmo tempo as alijava do processo de tomada de decisão e de cargos de direção. Por sua vez, a moda foi utilizada, também como arma para denunciar as atrocidades cometidas pela ditadura militar, conforme realizada pela estilista Zuzu Angel. Os resultados da pesquisa apontam para uma contradição entre a militância contra a ditadura militar e o uso dos atributos considerados femininos como arma nessa luta, sujeitando-se ao machismo mesmo no uso da moda para denunciar crimes ou da beleza e da sedução para obter informações.

Palavras Chave:

Moda; Ditadura Militar;
Sedução e Beleza;
Mulheres.

Introdução

Além das torturas de toda ordem, inclusive sexuais, a que foram submetidas, as mulheres militantes na luta contra a ditadura militar no Brasil entre 1964 e 1985, também padeciam de discriminação em suas fileiras de militância. Afastadas do processo de tomada de decisão e da participação em atividades vistas como perigosas, as mulheres, no entanto, corriam riscos ao enfrentar tarefas que a elas eram destinadas com uso dos chamados atributos femininos de beleza e sedução (RIDENTI, 1990; RAGO, 1998; TAIT et al., 2016).

Assuntos pouco tratados pela historiografia, como o que diz respeito aos padrões de comportamentos estabelecidos nas relações e práticas entre homens e mulheres militantes, foram dimensionados, a partir das narrativas das mulheres no campo de luta contra ditadura militar. Mostramos que, na luta política, as indumentárias e as estéticas desempenharam papéis significativos para driblar os controles da repressão e que, no caso das mulheres, a juventude e a beleza foram incorporadas às práticas da militância. Esse ponto se destaca na pesquisa visto que muito se escreveu sobre as mulheres na militância, mas pouco se disse sobre os usos e os aproveitamentos da moda e da beleza nos movimentos políticos.

Em Tait e Simili (2016) encontra-se a narrativa de mulheres militantes que faziam uso de vestimentas ora para driblar a polícia política ora para permanecerem na clandestinidade como pessoas comuns, utilizando vestimentas próprias de mulheres jovens que eram. A pesquisa trouxe a oportunidade para observar como no espaço da militância, constituído por homens e mulheres, os assuntos da moda e da beleza feminina se transformaram em motores para definir atuações e desempenhos ou, se preferirmos, como a cultura da beleza e da

juventude foram absorvidas pela luta política, ao “atravessar todos os domínios da vida e se encontrar presente nas relações variadas entre homens e mulheres” (Prado e Franco, 2012, p. 194).

Ao tratar da moda, não podemos deixar de expressar a situação vivida no período da ditadura militar pela estilista Zuzu Angel, cuja procura pelo filho desaparecido e morto pela polícia política, revelou, na moda, formas de contestação, tristeza e revolta, conforme tratado em Simili (2014).

Tanto a pesquisa de Tait e Simili (2016) como de Simili (2014) nos trazem informações que permitem narrar a história no período com a inclusão de aspectos do cotidiano pautado pela moda, beleza e sedução, originalmente considerados atributos femininos e seu uso na luta política. Da mesma forma, insere-se a abordagem do machismo existente nas fileiras de militância política que impediam a participação as mulheres na tomada de decisão e nas atividades de risco, mas, ao mesmo tempo, instrumentalizavam-nas pela causa da luta política para derrubar o governo militar.

Por outro lado, as mulheres militantes padeciam do machismo nas corporações da polícia política ao serem submetidas a torturas sexuais, xingamentos e assédios de toda ordem. Portanto, as mulheres, no contexto da militância política contra a ditadura militar, aos serem transgressoras de seu papel social no âmbito doméstico, instigavam os homens com os quais se relacionavam ou na militância ou na prisão com a visão de que eles, os homens, eram donos de seus corpos e suas almas.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo apresentar como a moda, a beleza e a sedução femininas foram instrumentalizadas na luta política, refletindo o machismo e como as militantes incorporaram essa tarefa sujeitando suas especificidades para a luta contra o governo militar. Três aspectos são tratados na pesquisa: o uso da beleza e

sedução para a obtenção de informações; o uso de recursos da moda para driblar a polícia política e o uso da moda como forma de protestar e denunciar as atrocidades cometidas pelo governo da ditadura militar.

As Mulheres na ditadura militar no Brasil

Por longo período esquecidas, as narrativas da participação das mulheres começam a ser realizadas com a consideração do cotidiano e a introdução do conceito de gênero, com a presença das mulheres nos fatos e acontecimentos históricos, conforme tratado por DUBY e PERROT (1991), GOLDMAN (2014), PINSKY (2012), PINTO (2003), entre outros. Discussões travadas por VARIKAS (2016), TABAK (1983), BIROLI (2014), MIGUEL (2014) e TEDESCH (2012) colaboraram para o entendimento da presença das mulheres na história recente do Brasil, que sofriam discriminação pela condição de ser mulher.

Ao revelar as atrocidades cometidas pela ditadura militar no Brasil, a Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014) mostrou, também, a situação das mulheres militantes que foram torturadas, estupradas e mortas pela polícia política. Essas narrativas foram confirmadas, também, por pesquisas sobre as mulheres que lutaram pelo fim da ditadura militar, tanto em guerrilhas como na clandestinidade, realizadas por RIDENTI (1990), COSTA (2010), RAGO (2010), SAPRIZA (2010), BEZERRA (2014), entre outros.

De acordo com RIDENTI (1990) e SARTI (1998), as mulheres que lutaram contra a ditadura militar no Brasil, em sua maioria, foram mulheres da classe média intelectualizada, grupo composto por professoras, estudantes e artistas. Eram mulheres jovens (SAPRIZA, 2010), feministas, engajadas politicamente, radicais e autônomas (COSTA, 2010; BEZERRA, 2014). As mulheres pobres presas pela ditadura eram esposas de militantes ou faziam parte da família

(RIDENTI, 1990) e participavam de movimentos sociais e da Igreja Católica (SARTI, 1998).

Entretanto, a atuação das mulheres se dava no cotidiano, com pouca visibilidade e o uso do próprio corpo para sedução enquanto aos homens eram destinados atos heroicos (SAPRIZA, 2010). Tratadas como mulheres perigosas, diabólicas e terroristas, possuíam também a pecha de mulheres que não respeitavam as famílias e os bons costumes. Mesmo dentro das organizações de esquerda, muitas mulheres questionavam as tarefas ditas femininas a elas atribuídas.

A atuação das mulheres brasileiras na luta contra a ditadura militar, portanto, é marcada por discriminação e assédio, ora por parte dos militares ora por parte dos próprios companheiros militantes, conforme relatos em RIDENTI (1990) e SILVA (2014).

Não se pode ignorar, na narrativa da história das mulheres, o componente “gênero” que evidencia, dentro de um determinado contexto social e histórico, o papel atribuído para mulheres e homens na divisão das tarefas domésticas e na participação política e social (RAGO, 1998). A riqueza dessa abordagem leva ao questionamento da história revelada a partir do estereótipo “homem - branco - heterossexual - rico” que determinava a hierarquia tanto nas relações sociais como pessoais.

Mulheres e Juventude nos anos 1960-1970

Os anos 1960-1970 são marcados por grandes transformações sociais com a possibilidade das mulheres de cursarem curso superior e seguirem uma carreira, pela participação na política e liberdade de seus corpos (PINSKY, 2003). O feminismo ressurgiu no período com a cobrança de punição aos agressores e assassinos de mulheres, com o direito ao próprio corpo e a garantia de direitos iguais para mulheres.

Em meio à turbulência do período, marcada por ditadura militar no Brasil e nos demais países da América Latina, emergem grupos formados por intelectuais, professores, ativistas, artistas e estudantes que se organizam para romper tanto com a sociedade dita conservadora como com o governo militar. Aliado a isso, começa, no Brasil, o fortalecimento de sindicatos de trabalhadores no campo e na cidade, como forma de garantir melhores condições de vida e de trabalho para a população.

Neste cenário, encontram-se as mulheres jovens, estudantes secundaristas e universitárias, oriundas, em sua maioria, da classe média (RIDENTI, 1990), sintonizadas com os novos tempos. Ao mesmo tempo que se posicionam como rebeldes contra a condição sócio-política do país, essas mulheres jovens são influenciadas pela moda, com a utilização de seus recursos condensados em suas mais destacadas peças, as calças compridas e a minissaia. Rainho (2014) relaciona a rebeldia da juventude com a utilização de vestimentas que representam esse estado de espírito, especialmente nas mulheres que se sentem livres tanto para usar uma peça vista como masculina, representada pela calça comprida, como por uma peça libertadora do corpo, que é a minissaia. Os padrões estabelecidos pela sociedade patriarcal são colocados em xeque nesse período com a rebeldia expressa na música, nas artes e na moda.

Aliado a tudo isso, ocorre a propagação da liberdade sexual, que encontra ressonância na descoberta da pílula anticoncepcional como forma de garantir o planejamento da gravidez (PEDRO, 2003). Também são realizadas mudanças na legislação que favorecem as mulheres, retirando-as da condição de “incapaz” (LOBO, 1999; PINTO, 2003) e há espaço e interesse pela busca por qualificação por parte das mulheres nas escolas e no mercado de trabalho.

Temas como amor livre e direito ao aborto também eram tratados no Brasil,

em meio a restrições políticas e sociais, combatidas pelas mulheres, já sob uma dupla militância tanto pelo fim da ditadura como nos movimentos feministas, o que levou muitas militantes a serem questionadas pelo que militantes de partidos de esquerda chamavam “desvio pequeno burguês”. Cientes de que em qualquer modo de produção ou regime político, as mulheres sofrem discriminação, as feministas não se deixaram intimidar e continuaram nas lutas gerais do movimento feminista, pelo direito ao próprio corpo e pelo fim da violência contra a mulher. O feminismo se insere, assim, na ditadura militar, em sua “segunda onda”, na qual a emancipação política das mulheres enquanto sujeitos da história encontra ressonância na atuação contra a ditadura militar. Por outro lado, as igrejas assumiam papel de repressoras da modernidade, com destaque para o papel da mulher de atuação no âmbito do lar.

Nesse contexto, relatos de torturas e assassinatos por parte da ditadura militar marcaram uma geração de jovens mortas de forma brutal e cruel (ARNS, 1985). No bojo desses controles, nos anos 1970, duas construções de imagens de jovens são difundidas no período, a do subversivo ou terrorista e a do drogado (COIMBRA, 2008).

Além do denunciamento estimulado e com cooperação de padres, pastores, entre outras lideranças, conforme narrado em Tait e Simili (2016), o governo militar cria novas estruturas e desenvolve novas táticas de violência para identificar, prender, torturar e matar os jovens que se rebelavam contra o governo.

Resultados: Moda, beleza e juventude e seu uso como arma política

Para apresentar os resultados da abordagem moda, beleza e juventude como arma política na luta contra a ditadura militar, a partir da atuação e dos

relatos das mulheres, estabeleceu-se a junção de três elementos: (1) pesquisas com mulheres que viviam em grandes centros, encontrados na literatura (RIDENTI, 1990; RAGO, 1998; SAPRIZA, 2010; REIS, 2015); 2) mulheres entrevistadas sobre sua atuação em cidade de médio porte (TAIT et al., 2016); e (3) a narrativa da história da estilista Zuzu Angel (SIMILI, 2014).

Esses três elementos nos fornecem um cenário da atuação das mulheres com os recursos de moda, beleza e sedução, os quais são considerados como parte do cotidiano feminino e foram utilizados ou instrumentalizados no campo político. Mulheres com seus afazeres e seus recursos estéticos driblaram a ditadura militar na propaganda política contra o regime e na denúncia da situação vigente no país.

No caso das pesquisas com mulheres em Ridenti (1990), Rago (1998), Saprizza (2010) e Reis (2015), salienta-se a forma como eram tratadas tanto por seus companheiros na militância política como pela polícia política em sua prisão e nos interrogatórios. Xingamentos e atitudes sexistas são narrados pelas mulheres, demonstrando que a própria força policial não aceitava o papel de dupla transgressão exercido por essas mulheres jovens que estavam, ao mesmo tempo, inseridas em um campo de homens e desconstruindo o papel de atuação no âmbito do lar, como mães e esposas. Estupros, abortos forçados, agressões nas partes íntimas e nos seios fizeram parte das sessões de tortura, levando as mulheres à morte. Depoimentos de mulheres, também, mostram a dubiedade em que viviam os homens militantes, que se apropriavam do discurso de direitos iguais para incorporar as mulheres nas fileiras da luta política. No entanto, instrumentalizavam-nas para atividades que necessitavam de obtenção de informações com o uso de sua beleza, feminilidade e juventude (SILVA, 2014), como o caso de uma mulher militante que se vestia até com minissaia para obtenção

de informações junto a generais e gerentes de banco. Um ponto relevante é que essas atividades não eram consideradas perigosas, mesmo a moça designada pela tarefa estando por sua conta e risco, com a ameaça de morrer caso fosse descoberta.

O uso de vestimentas na luta política, tratado por Tait et al. (2016), revela que as moças que viveram em Maringá-PR, uma cidade do interior, e atuavam contra a ditadura militar, seguiam as tendências da moda no período para atuar na militância como pessoas comuns. Foram entrevistadas cinco mulheres, sendo duas na categoria estudante. As mulheres entrevistadas atuavam em três frentes: três no partido PCBR, uma na organização Ação Popular (AP) e uma no partido MDB. As mulheres não possuíam cargos de direção, atuavam em tarefas como panfletagens para propaganda contra ditadura, no alojamento para esconder militantes perseguidos e nas reuniões para distribuição de tarefas. As duas estudantes secundaristas afirmam que faziam uso de calças compridas e se vestiam como as moças da idade para não chamar a atenção quando executavam tarefas de panfletagem contra a ditadura militar. Elas revelam, também, que não participavam da tomada de decisão e nem das reuniões consideradas estratégicas. No caso das estudantes, por serem menores de idade, não eram designadas para tarefas tidas como perigosas.

As outras três mulheres tiveram atuação diferenciada, duas foram presas políticas e uma viveu na clandestinidade. Uma das presas políticas recorda que usava sandálias de couro, estilo *hippye*, muito na moda, mas ao chegar no Rio de Janeiro, os demais militantes pediram para ela parar de usar as sandálias, pois a polícia política reconhecia, nesse tipo de calçado, a rebeldia que poderia ser contra o governo militar. Essa militante foi torturada e estuprada pela polícia.

A professora que foi presa política disse não se recordar do uso de vestimentas diferentes enquanto que a

militante profissional da saúde informa que procurava se vestir como as moças da época, com roupas coloridas, óculos e lenços para passar despercebida. Essa militante, junto com o marido, mudava frequentemente de cidade, pois eram encarregados de esconder militantes que iriam fugir do Brasil via Paraguai, por isso, passavam pelo Estado do Paraná e pela região de Maringá.

Maringá, devido a sua posição estratégica para os partidos de esquerda na organização da luta no campo, possibilitou a formação de pessoas militantes na luta contra a ditadura militar e sempre foi alvo da polícia política, conforme consta em Dias (2017).

Como terceiro elemento da pesquisa, não se pode ignorar a história de Zuzu Angel que nos apresenta outra face do uso da moda como arma política ao denunciar as atrocidades e crimes de assassinato da ditadura militar. Ao buscar incansavelmente por seu filho, morto pela polícia da ditadura militar, a estilista começa a criar peças que remontam a símbolos de morte e sofrimento, conforme relatado por Simili (2014). Cruzes, caveiras e cores escuras fazem parte do arsenal utilizado por ela em suas criações e desfiles até ela mesma ser morta em um acidente de carro. O acidente ocorreu exatamente no auge das denúncias realizadas por Zuzu Angel, o que levanta suspeita de que ela tenha sido mais uma vítima dos assassinatos cometidos pelo governo militar, crime que está sendo investigado pela Comissão Nacional da Verdade. Para Simili (2014), a morte do filho, Stuart Angel, pela ditadura militar no começo dos anos 1970 foi um divisor de águas para a vida pessoal e profissional da estilista.

Na busca por seu filho, a estilista Zuzu Angel se engaja na luta política contra a ditadura militar e se apropria e transforma os símbolos da ditadura como forma de denunciar as mortes e torturas cometidas pela polícia política. Dessa forma, tanques de guerra, fuzis, quepes,

soldados, pássaros engaiolados, pombas negras, sol atrás das grades, entre outros, são elementos utilizados como recursos para denunciar os crimes do governo da ditadura militar no Brasil. Seu sofrimento ficou caracterizado e marcado em indumentárias específicas como uma indumentária preta com um cinto formado por 100 crucifixos (SIMILI, 2016) que denota o sofrimento da mãe e estilista.

Considerações finais

As narrativas sobre a participação das mulheres na luta contra a ditadura militar no Brasil, confirmam a relevância que essas mulheres tiveram na trajetória para a retomada da democracia no país. Mesmo participando em organizações diferentes ou com pragmatismo ideológico distinto, as mulheres se inseriram de diversas formas na luta política, ora pegando em armas, ora na clandestinidade, ora em panfletagens. No entanto, independente da forma de atuação, as narrativas das mulheres militantes mostram o cotidiano da luta política marcada por disfarces para driblar a polícia política, o uso de sua imagem de mulher-jovem para sedução e o uso de moda para denunciar os crimes da ditadura militar.

No contexto da luta contra a ditadura, as mulheres, além da perseguição política, tiveram que lidar com o machismo da sociedade brasileira. Transgressoras da ordem social, essas mulheres jovens se inseriram no mundo político masculino, do qual sofreram dupla discriminação tanto pelos algozes do governo da ditadura como por seus companheiros militantes. Para muitos algozes da ditadura, as militantes eram jovens que deveriam ter ficado no seu papel de futuras boas mães e esposas, preocupadas com as tarefas domésticas e eles se sentiam donos de seus corpos, por isso, usavam como recursos as torturas sexistas, xingamentos e estupros. Por sua vez, a militância instrumentalizava o poder

de juventude, beleza e sedução das moças para obtenção de informações e, ao mesmo tempo, as retirava do processo de tomada de decisão e de cargos de direção. Mesmo correndo risco de morrer ao serem descobertas nas missões de obter informações, as tarefas das militantes não eram encaradas como perigosas pelos homens militantes para os quais tais tarefas se traduziam em pegar em armas e enfrentar a polícia.

Portanto, a abordagem do uso da moda, beleza e sedução como arma política coloca na cena da história a forma como o machismo lidou com a inserção das mulheres no campo político, no qual mesmo homens militantes ao lado de suas companheiras de luta, as tratavam como se donos fossem de seus corpos e suas almas, com atitudes sexistas com uso do corpo das mulheres ou com protecionismo exagerado como se elas crianças fossem.

Pesquisas futuras podem caminhar na direção de narrar como esses homens militantes, dentro da discussão de gênero, enxergavam suas companheiras na luta política, mesmo considerando-as mulheres corajosas e guerreiras, as quais corriam riscos de morrer e serem submetidas a torturas pela polícia política. Salienta-se que muitos militantes consideravam a discussão do feminino como desvirtuamento da luta política contra a ditadura e algumas organizações sequer discutiam o tema (TAIT et al., 2016).

Abordado em estudos anteriores, a moda como recurso de denúncia contra a ditadura, realizada por Zuzu Angel, coloca, nesse cenário, o papel de uma mulher, mãe e profissional, usando o conhecimento e experiência que dispunha em sua atividade para denunciar e colaborar com outras mães que, como ela, estavam em busca de seus filhos desaparecidos. Zuzu não foi militante política, mas a guinada em sua vida se deu a partir do desaparecimento do filho, que a colocou na linha de fogo da ditadura militar.

Enfim, a moda, a sedução e a beleza femininas como arma na luta política é um recorte que traz as mulheres em sua militância contra um regime militar que torturou e matou homens e mulheres, em sua maioria jovens na faixa etária dos 20 a 30 anos. Cada mulher, em seu espaço, com seu conhecimento, energia e habilidades, contribuiu para conhecer e narrar um período histórico marcado ao mesmo tempo por grandes transformações sociais e por sangue derramado de jovens rebeldes de ideologia política contrária à ordem vigente no país. Assim, o cotidiano das lutas se revela, também, na abordagem do gênero como instrumento na luta e na disputa política, de colocação do gênero nas narrativas históricas e na construção do feminismo na política, ao mostrar a memória das militantes a partir das revelações pela Comissão Nacional da Verdade. Muitas delas se encontravam escondidas pelo pavor das torturas e estupros sofridos por tantas outras e, muitas vezes, por haver tanto tempo decorrido, não se assimilam as concepções de feminismo na luta política no período, marcado por violências e transgressão de valores. Muitas militantes não vislumbram os papéis masculinos e femininos na luta política, no período da ditadura militar, movidas, possivelmente, pelo ideal revolucionário de que ao romper com os sistemas capitalistas e ditatoriais, essas questões se revolveriam naturalmente.

Referências

- ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil Nunca Mais**. São Paulo: Editora Vozes, 1985.
- BEZERRA, Katia da C. Que bom te ver viva: Vozes femininas reivindicando uma outra história. **Estudos da literatura brasileira contemporânea**, n. 43, p-35-38, jan/jun, 2014.
- BIROLI, Flávia. Autonomia, dominação e opressão. IN: MIGUEL, L. F; BIROLI, F. (Orgs). **Feminismo e Política**. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.
- CNV. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade** – Tereza Urban. 2014. Disponível em: <<http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=3276>>.

- Acesso em: 10 ago. 2016.
- COIMBRA, Cecília M. B. Estratégias de resistência e criação: ontem, hoje... In: GUARESCHI, N. (Org.). **Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo**. Rio de Janeiro, 2008. p.108-119. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 05 abr. 2014.
- CORTES, Lâris R. A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs) **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- COSTA, Ana A. A. O feminismo brasileiro em tempos de ditadura militar. **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**, Orgs. J. M. Pedro e C. S. Wolf. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.
- DIAS, Reginaldo B. A cidade sob vigilância: Maringá nos arquivos da Delegacia de Ordem Social e Política (DOPS) no Paraná (1947-1981). **Revista de História Regional**, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2017.
- DUBY, George; PERROT, Michele. **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamentos, 1991.
- Goldman, Wendy. **Mulher, estado e revolução**. São Paulo: Boi Tempo, Iskra Edições, 2014.
- LÔBO, P. L. N. [Igualdade Conjugal-Direitos e Deveres](#). **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v. 31, 1999. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/1868>>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- MIGUEL, Luis. F. Gênero e Representação Feminina. In: MIGUEL, L.F.; BIROLI, F. (Orgs). **Feminismo e Política**. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.
- PEDRO, Joana M. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, São Paulo, 2003.
- Pinsky, Carla, B. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, C. B.; PRADO, J.M. (Orgs). **Nova História das mulheres do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- PINTO, Céli R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PRADO, M. L.; FRANCO. S. S., Participação feminina no debate público brasileiro. In: PINSKY, C. B.; PRADO, J.M. (Orgs). **Nova História das mulheres do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**. v. 11, pp. 89-98, 1998.
- _____. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schimidt e a Guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, J. M.; WOLF, S. (Orgs). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.
- RAINHO, Maria do Carmo Teixeira. **Moda e revolução nos anos 1960**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2014.
- REIS, Debora. A. **Memória (s) militante (s)**: Narrativas autobiográficas e imagens da resistência em Derlei Catarina de Luca (1966-1973). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, UFBA, 2015.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social, Revista Social**, v. 2, n. 2, p. 113-128, USP, SP, 1990.
- SAPRIZA, Graciela. Memoria y memoria de mujeres em el relato de la ditadura (Uruguai, 1973-1925). In: PEDRO, J. M.; WOLF, S. (Orgs). **Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.
- SARTI, Cynthia A. **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido**. XXI Congresso Internacional da LASA, Chicago, 1998.
- SILVA, Tomas. **CNV mostra relatos de estupro e "tortura sexual científica" na ditadura**. Tribuna Hoje, 11/12/2014. Disponível em: <<http://www.tribunahoje.com/noticia/126052/brasil/2014/12/11/cnv-mostra-relatos-de-estupro-e-tortura-sexual-cientifica-na-ditadura>>. Acesso em: 18 dez. 2016.
- SIMILI, Ivana. G. Memórias da dor e do luto: as indumentárias político-religiosas de Zuzu Angel. **Revista Brasileira de História das Religiões**. Ano VI, n. 18, v. 6, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/index>> Acesso em: 10 nov. 2016.
- TABAK, Fanny. **Autoritarismo e articulação política da mulher**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1983.
- TAIT, Tania F C; SIMILI, Ivana, G. **As aparências na história política: as indumentárias na luta das mulheres contra a ditadura militar**. XXI Semana de História, Universidade Estadual de Maringá, 2016.
- TAIT, Tania. F.C.; DIAS, Reginaldo. B., SIMILI, Ivana. G. **Quem eram essas estudantes guerreiras, diabólicas, terroristas e perigosas?** IV Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 08 a 10 de junho, 2016.
- TEDESCHI, Losandro A. **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica**. Dourados: UFGD, 2012.
- VARIKAS, Eleni. **Gênero, Experiência e Subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott**. Disponível em: <www.biblioteca.digital.unicamp.br/document/?d_own=5100>. Acesso em: 10 set. 2016.